

CPI convoca diretores e ex-secretária de Gestão

Primeira reunião aberta serviu para definir o rumo dos trabalhos

Juliano Piasentin

juliano.piasentin@gruposinos.com.br

Novo Hamburgo – A CPI que investiga os dois salários recebidos pela secretária da Fazenda de Novo Hamburgo, Michele Vargas Antonello, teve sua primeira reunião aberta nesta quinta-feira (9). Os seis vereadores que participam da comissão deliberaram os próximos passos para o trabalho, que precisa ser concluído em até 120 dias. Foram apresentados oito requerimentos, destes, os parlamentares aprovaram sete por unanimidade, reprovando apenas um.

Os vereadores Professora Luciana Martins (PT) e Felipe Kuhn Braun (PSDB) solicitaram documentações referentes à contratação da secretária e as convocações dos diretores responsáveis pela Diretoria de Desenvolvimento Humano (DDH) da Prefeitura de Novo Hamburgo em fevereiro de 2025 e julho de 2026.

Pediram, também, a convocação da ex-secretária Andrea Schneider Pascoal,

titular da Secretaria de Gestão, Governança e Desburocratização até novembro de 2025. O vereador Joelson de Araújo (Republicanos) solicitou a convocação do responsável pelo departamento de recursos humanos da Prefeitura de Santa Maria, cidade onde Michele é concursada.

A próxima reunião da CPI será na manhã do dia 30 de julho, também às 9 horas. Também participam da comissão os vereadores Giovanni Caju (PP), como secretário, Ito Luciano (Podemos), na relatoria, e Ricardo Ritter, Ica (MDB), na presidência.

Com transmissão ao vivo da TV Câmara e com o plenário aberto ao público, a reunião da semana começou pontualmente no Legislativo. A abertura dos trabalhos ficou sob responsabilidade do presidente Ica. “Vamos conduzir a CPI com imparcialidade e observando o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sempre respeitando o objeto da investigação.”



Vereadores realizaram a primeira reunião aberta da CPI

Ica agradeceu aos colegas pelo respeito durante a sessão, mesmo que alguns debates tenham sido acalorados. “Isso é normal dentro de um parlamento quando há uma discordância entre ideias. Esperamos mostrar à luz da lei à população hamburguense o que está acontecendo aqui.”

Prazos

Os vereadores definiram que as documentações solicitadas pelos requerimentos terão prazo de 10 dias para entrega. A decisão teve votos contrários de Luciana e Braun. Já as testemunhas convocadas terão até 15 dias para comparecer, com as primeiras oitavas agendadas para o

dia 30 de julho pela manhã.

Concursada em Santa Maria, Michele está cedida ao município de Novo Hamburgo desde o início do governo Gustavo Finck (PP), onde exerce um cargo em comissão. Conforme o Portal da Transparência de ambos os municípios, ela recebe os dois salários de maneira integral, R\$ 14,7 mil no Vale do Sinos e R\$ 5,3 mil na cidade da região central do Estado. A Prefeitura de Novo Hamburgo nega irregularidades.



Motivações para apuração da comissão são reforçadas

Braun lembrou o projeto de lei complementar (PLC) 5/2026, encaminhado ao Legislativo em abril deste ano. Segundo o vereador, o PLC é um dos motivos para que

a CPI fosse aprovada pelos parlamentares. “O projeto de autoria do Executivo queria legalizar o pagamento duplo e colocar de forma retroativa ao primeiro mês de nomeação

os vencimentos da secretária Michele Antonello.”

Luciana expôs que, além de receber dois salários, Michele tem como atribuição a responsabilidade com

as contas do município. “Neste caso, estamos falando de uma servidora que tem a chave do cofre da cidade. Não é uma servidora qualquer, sendo responsável por todos os pagamentos realizados.

TRE cassa mandato de vereador de Sapiranga

Sapiranga – Vereador de Sapiranga, Marconi Alexandre Ebert (PL) foi cassado por decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). A decisão foi baseada em irregularidades apontadas pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) em julho de 2025.

A ação de investigação judicial eleitoral surgiu por suspeitas de que o vereador reeleito em 2024 tenha cometido abuso de poder econômico e compra de votos. Ebert somou 1.167 votos no último pleito e chegou a atuar como líder de governo na Câmara de

Vereadores de Sapiranga.

A Justiça determinou ainda a inelegibilidade por oito anos do parlamentar, contando a partir de 2024. Sendo assim, Ebert poderá concorrer novamente a partir de 2032. Ele salienta que vai recorrer da decisão. “Quem me conhece sabe que minha história nunca começou em um mandato e também não termina por causa dele.”

Entre as irregularidades apontadas pelo MPE, estão o transporte ilegal de

eleitores no dia da eleição, pagamentos para participação em carreta na véspera do pleito e a realização de pagamentos não declarados a eleitores. Ebert nega as acusações e critica a decisão do TRE. “Nenhuma decisão dessa Justiça, ainda mais em ano eleitoral, muda meus princípios, meus valores e meu compromisso com a comunidade.”

O primeiro suplente do PL, Régis Brizola, que obteve 1.069 votos em 2024,

vai precisar esperar para saber se poderá assumir a cadeira no Legislativo. Isso porque, conforme o TRE, além da inelegibilidade de Ebert e da multa, os votos obtidos por ele foram declarados nulos.

Sendo assim, será necessário efetuar novos quocientes eleitorais e partidários para indicar quem assumirá como novo vereador. Antes disso, Ebert poderá entrar com outros recursos. Apenas após essa definição, a Câmara de Vereadores de Sapiranga será notificada pelo TRE. (Juliano Piasentin)

Daniel Scola

abcm.com.br/danielscola
danielscola1401@gmail.com
@danielscola no Instagram



Uma bússola para entender o eleitor

Os eleitores gaúchos são mais polarizados que a média nacional. No Brasil, os eleitores petistas somam 16% ante 12% de bolsonaristas. Já aqui no RS, os números são um pouco diferentes, 22,8% se declaram petistas. Outros 15,9% são favoráveis ao bolsonarismo. Levantamento do Instituto de Pesquisa de Opinião (IPO), sediado no Rio Grande do Sul, mostra que no Brasil os eleitores independentes somam 32%, enquanto aqui no Rio Grande do Sul 25,9% dizem que não querem Lula, tampouco Bolsonaro. Isso indica que o gaúcho é um eleitor mais convicto da sua preferência eleitoral.

O que pensam os eleitores do Vale do Sinos

A pesquisa do IPO também ouviu eleitores do Vale do Sinos sobre a percepção de melhora de vida nos últimos três anos. Não houve nenhuma mudança para 40,8%, mas mais de um terço (31,8%) acha que a vida piorou. Outros 23% consideram que houve melhora.

O voto masculino e feminino

O IPO foi além e afe-riu dados sobre o comportamento de gênero. Aos eleitores foi feita a seguinte pergunta: Em qual espectro político o senhor ou a senhora se posiciona? São 25,9% os que não querem Lula, nem Bolsonaro. Destes, 26,1% são homens ante 25,7% mulheres. Já 22,8% se dizem petistas, 21,2% homens e 24,2% mulheres. O percentual que se declarou bolsonarista atingiu 15,9%, os homens representam 16,4% e as mulhe-

res um ponto percentual a menos: 15,4%.

A cientista social e política do IPO, Elis Radmann, nos ajuda a entender esses números. “Tanto homens como mulheres votam a partir de sua cultura política, da maneira como percebem e vivem a realidade. Os indicadores comportamentais indicam que as mulheres têm menos interesse por política do que os homens. Mas não se pode dizer que as mulheres não sabem votar.”



Reunião de líderes na Câmara dos Deputados

Excesso de líderes

Em 2018, entrevistei o então candidato a vice-presidente, Germano Rigotto. Entre outras coisas, ele disse algo que me fez refletir. “Em 1998, eu era líder do governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara dos Deputados, e nossas reuniões de líderes quase sempre terminavam sem consenso. Eram muitos líderes. Dez.”

A foto acima é de uma reunião atual. Ela mostra o presidente da Câmara, Hugo Motta, cercado por 17 líderes de partidos. Ou seja, atualmente a câmara tem 70% de líderes a mais. Não surpreende o fato de eles não terem chegado a um acordo em torno do projeto que criminaliza a misoginia.